

TRABALHO E SAÚDE - CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DA CATEGORIA DOS POLICIAIS MILITARES

FERNANDA SPANIER AMADOR

Psicóloga, Especialista em Saúde Mental Coletiva, Mestre em Psicologia Social e da Personalidade, Professora do Departamento de Psicologia da Universidade de Santa Cruz do Sul.

Resumo: *Aborda as relações entre trabalho e saúde mental, e tece considerações acerca destas relações no caso dos policiais militares. Discute a respeito da importância de ações preventivas e promotoras de saúde mental junto aos policiais, como um dos caminhos possíveis para uma Segurança Pública de qualidade.*

Palavras-chave: *Saúde mental, trabalho, segurança pública.*

1 INTRODUÇÃO

Em minha trajetória profissional, venho ocupando-me da temática do trabalho e de suas repercussões na subjetividade e na saúde mental dos trabalhadores. Nesta perspectiva, desenvolvo atividades de ensino, pesquisa e extensão e, também, desenvolvi minha dissertação de mestrado, na qual analisei as articulações entre trabalho, sofrimento psíquico e violência policial junto a policiais militares do policiamento ostensivo. Desde então, tenho a oportunidade de participar de eventos científicos e de espaços de debate acerca do trabalho policial, os quais instigam cada vez mais meu interesse sobre o tema, levando-me a enveredar pelos múltiplos desdobramentos da questão, sempre buscando a interlocução com aqueles que, a meu ver, são os maiores interessados no assunto: os próprios policiais.

Recentemente, quando de minha participação como painalista no II Seminário de Segurança Pública promovido pelo Instituto de Pesquisas da Brigada Militar, mobilizei-me para a abordagem, mais amiúde, de um destes desdobramentos: a importância de um programa de atenção à saúde, que de modo mais específico considere as repercussões do trabalho sobre a subjetividade e a saúde mental dos policiais, já que este parece-me ser um dos caminhos possíveis para uma Segurança Pública de qualidade. Meu interesse sobre este aspecto encontrou acolhida no convite para escrever este texto que hora integra a Revista Unidade, através do qual procuro chamar a atenção dos leitores para

Trabalho e Saúde - Considerações a respeito da categoria dos policiais militares

a idéia de que a questão da Segurança Pública constitui, ao mesmo tempo, uma questão de Saúde Pública. Para tanto, em um primeiro momento, abordo as relações entre trabalho e saúde enfatizando a saúde mental; logo a seguir, teço considerações sobre o material da pesquisa por mim realizada junto aos policiais militares. No terceiro momento, discuto a importância de ações preventivas e promotoras de saúde mental no trabalho como um dos caminhos possíveis para uma Segurança Pública de qualidade e apresento as considerações finais.

2 TRABALHO E SAÚDE

O que significa falar da relação trabalho-saúde? Seria apenas buscar as pontes entre elementos adoeceadores do trabalho e sintomas físicos ou mentais, de maneira a suprimi-los? Ou ainda, seria somente discorrer sobre as predisposições dos indivíduos para o adoecimento que, articuladas ao trabalho, levariam ao surgimento de quadros patológicos?

Apresento estas duas possibilidades de resposta à interrogação inicial por não raras vezes serem estas as formuladas no cotidiano. No entanto, de imediato é possível evidenciar uma primeira desconstrução a fazer: a do próprio conceito de saúde que definido a partir de concepção de doença aparece associado à ausência desta última.

Saúde não pode ser assim definida por não constituir um estado, mas um processo que, como tal, é dinâmico, e não linear, muito embora assim sugira a Organização Mundial da Saúde (OMS) que a define como completo bem-estar bio, psico e social. Tal conceito implica movimento, correspondendo, no caso de sua articulação com o trabalho, a uma permanente busca de equilíbrio na qual o sujeito se investe em decorrência das pressões do mundo do trabalho, busca esta que, dita de outro modo, corresponde à saúde, ou mais precisamente, ao processo saúde/doença.

Uma segunda desconstrução a fazer, a qual consiste num desdobramento da primeira, refere-se à consideração de que a análise das relações entre trabalho e saúde recai, somente, sobre os efeitos deletérios para os sujeitos. É preciso problematizar esta posição, uma vez que o trabalho ao mesmo tempo em que pode contribuir para o adoecimento, possui, também, um importante papel na promoção da saúde das pessoas, como também atestam os quadros

de sofrimento e adoecimento que acometem aqueles que dele se afastam, como os aposentados e os desempregados. Do ponto de vista da saúde mental, o trabalho constitui um fundamental intermediário, no campo social, para o permanente processo de construção da identidade o que leva a constatar a importância do trabalho enquanto possibilidade estruturante do sujeito. Assim, na análise da relação saúde-trabalho são considerados tanto os elementos beneficiadores, quanto os nocivos ao sujeito e a sua saúde.

Uma terceira e última desconstrução que proponho refere-se à manifestação individual da saúde ou do adoecimento relacionado ao trabalho. Frequentemente esta é a tese à qual se recorre para explicar e até justificar os “incontáveis” casos de alcoolismo, de úlcera, de insônia entre outros, presentes entre os trabalhadores de diversas categorias profissionais. Esta tese que aparentemente aplaca o incômodo suscitado pelos números que insistem em nos convocar a outras leituras, já que relevam contingentes expressivos de trabalhadores, tende não apenas a remeter ao sujeito a responsabilidade por manter-se saudável ou não, negando de certo modo, o caráter histórico e social da determinação do processo saúde/doença (Laurell e Noriega, 1989), mas também, a remeter ao fator humano (Dejours, 1997) as causas das falhas no trabalho. Entretanto, tais falhas, frequentemente, relacionam-se ao sofrimento vivido pelos sujeitos e às estratégias, sobretudo coletivas¹, de gerenciamento deste sofrimento (Dejours, 1994 a 1996).

Assim, entendo que a saúde constitui um processo, mais precisamente definido como processo saúde-doença e, ainda, que a análise da relação saúde-trabalho pressupõe considerar tanto os aspectos nocivos sobre o trabalhador quanto os benéficos e, por fim, que a manifestação da saúde ou da doença relacionadas ao trabalho necessita ser analisada na interface singular-coletivo e não somente sob perspectivas centradas no indivíduo. Passarei a tratar dos chamados campos da Saúde do Trabalhador e da Saúde Mental e Trabalho na intenção de situar teoricamente a discussão realizada neste artigo.

¹ Remeto-me, com esta expressão, ao quadro teórico da Psicodinâmica do Trabalho cujo enfoque recai sobre a análise da *vivência subjetiva* intermediária entre doença mental descompensada e o conforto psíquico.

Trabalho e Saúde - Considerações a respeito da categoria dos policiais militares

Segundo Nardi (1997), entende-se por Saúde do Trabalhador o conjunto de conhecimentos oriundos de diversas disciplinas, como Medicina Social, Saúde Pública, Saúde Coletiva, Psicologia, Sociologia, entre outros, estabelece uma nova forma de compreender as relações entre saúde e trabalho propondo, conseqüentemente, uma nova forma de intervir nos espaços laborais. Convergente com uma noção ampla da orientação de atenção à saúde, preventivas, de cura e reabilitação, como também inclui ações de vigilância sanitária e epidemiológica. Tomando impulso nas VIII e IX Conferências Nacionais de Saúde do Trabalhador (Brasil, 1986 a; 1986b; 1994 a; 1994b), o campo de Saúde do Trabalhador ganha espaço na Constituição de 1988 (Brasil, 1988) e na Lei Orgânica da Saúde de 1990 (Brasil, 1990), reafirmando, mediante movimento político, a importância do cuidado à saúde dos trabalhadores como um dos pressupostos para a consolidação de uma sociedade democrática.

No rastro deste movimento, consolida-se o campo de Saúde Mental e Trabalho, o qual, na concepção de Lima (1988), ainda é pouco explorado por psicólogos brasileiros. Neste território, considera-se a existência de uma produção social dos distúrbios mentais, concebendo o trabalho como constituinte de um *processo saúde-doença mental* de alta complexidade, tanto pela articulação de elementos singulares e coletivos, como por suas próprias manifestações que desafiam os limites já instituídos entre o normal e o patológico.

Segundo Seligmann-Silva (1994), no campo de Saúde Mental e Trabalho, o objetivo central de análise “*é a inter-relação entre o trabalho e os processos saúde/doença cuja dinâmica se inscreve mais marcadamente nos fenômenos mentais, mesmo quando sua natureza seja eminentemente social*”(p.51).

É importante ressaltar que o território da Saúde Mental e Trabalho não se ocupa, exclusivamente, de distúrbios mentais. Ocupa-se também dos aspectos que favorecem a identidade das pessoas, beneficiando assim sua saúde mental, bem como da esfera intermediária entre a loucura e a saúde, como fazem os estudiosos e pesquisadores do quadro teórico referencial da Psicodinâmica do Trabalho (Dejours, 1988, 1994a, 1994b, 1996, 1997). Sob esta última perspectiva, o que se coloca como questão central é: *O que faz com que os homens e mulheres continuem trabalhando sem enlouquecer, apesar do*

Fernanda Spanier Amador

universo de pressões que caracterizam o mundo do trabalho? Constitui-se, então, a chamada Psicopatologia da Normalidade (Dejours, 1996), uma vez que a preocupação recai sobre os mecanismos utilizados pelos sujeitos na tentativa de manterem-se trabalhando sem se descompensarem psiquicamente, muito embora estes mesmos mecanismos possam não implicar saídas efetivamente positivas, nem do ponto de vista psíquico, nem do ponto de vista social.

Assim, destaca-se como de fundamental importância entender as relações entre trabalho e saúde mental para que possamos, também, compreender muitos dos fenômenos sociais diante dos quais nos vemos como espectadores ou, muitas vezes, como “participantes silenciosos”. Isto porque, por conta da condição de “normalidade sofredora” vivida pelos trabalhadores, à qual se refere Dejours (1996), instituem-se modos de vida que ultrapassam os limites das organizações de trabalho e atingem outras esferas, tal como a familiar. Em outras palavras, chamo a atenção para a importância de uma leitura sobre a trama social que atravessa o mundo do trabalho e na qual se produzem processos de subjetivação, isto é, de modos de pensar, sentir e agir humanos, uma vez que tais modos, ao relacionarem-se com o processo saúde/doença das diferentes categorias profissionais, relacionam-se, também, ao rosto de uma dada sociedade, visto seus efeitos repercutirem diretamente no campo social.

3 ANALISANDO A RELAÇÃO TRABALHO E SAÚDE MENTAL JUNTO À CATEGORIA DOS POLICIAIS MILITARES

Fundamentada nos campos teóricos da Saúde do Trabalhador e da Saúde Mental e Trabalho, pesquisei junto à categoria dos policiais militares, buscando compreender como se articulam o exercício do trabalho, o sofrimento psíquico e a violência policial. Embora os policiais militares estejam na tônica do debate nacional, sobretudo em função dos freqüentes episódios de violência por eles cometida contra a população - debate este imprescindível para a (re) constituição de um Estado Democrático - permanece, a meu ver, ainda pouco debatido um tema de importância capital: qual é o impacto da violência implicada

Trabalho e Saúde - Considerações a respeito da categoria dos policiais militares

no exercício do trabalho policial, quer como seu conteúdo, quer como nuance da organização do trabalho² sobre a saúde mental dos policiais? Em outras palavras, o policial, que pode vir a ser vitimário de violência seria, ao mesmo tempo, uma vítima da organização do trabalho cujas repercussões psíquicas e sociais traduziriam-se na própria violência contra a população, ou ainda nos quadros de úlcera, alcoolismo, suicídio entre outros?

Essas foram indagações que, entre outras, permearam meu caminho no curso de mestrado, as quais foram tematizadas na dissertação que dele resultou (Amador, 1999). No presente artigo, não me ocuparei detalhadamente da violência policial, mas a abordarei, brevemente, entre alguns aspectos referentes ao sofrimento psíquico da categoria dos policiais militares, de maneira a salientar como tal sofrimento está estreitamente relacionado ao *fazer* da polícia.

Inicialmente cabe esclarecer que o sofrimento é condição inexorável de todos os sujeitos que trabalham, sendo sua constituição de expressão diferenciadas de acordo com a categoria profissional a que pertencem, devido a especialidades da organização do trabalho. Por sofrimento psíquico no trabalho entende-se o campo que separa a doença da saúde implicando um estado de luta do sujeito contra as forças ligadas à organização do trabalho que o empurram em direção à doença mental (Dejours, 1994b). Assim, ainda conforme o autor, a questão não é erradicar o sofrimento e sim transformá-lo, sendo possível nele identificar uma bivalência, isto é, duas direções a seguir: uma que dirige para a doença (sofrimento patogênico) e outra que dirige para a saúde (sofrimento criador). Os estudos fundamentados nesta perspectiva ocupam-se, então, da compreensão dinâmica do sofrimento, a qual pode ou não estar relacionada a quadros psicopatológicos configurados.

Investigando a categoria dos policiais militares sob esta perspectiva, é possível afirmar que a característica central de seu sofrimento se traduz na tentativa de manterem-se permanentemente em equilíbrio sobre uma linha frágil (sofrimento)

² Por organização do trabalho entende-se o modo operatório prescrito, a divisão das tarefas e a divisão dos homens e mulheres no trabalho pela repartição de responsabilidades, hierarquia e controle (Dejours, 1988).

que separa o controle do descontrole (a saúde da loucura). Falo de um impasse subjetivo vivido constantemente pelo policial no exercício do seu trabalho, impasse este que se refere ao controle quase que “total” por eles empreendido, dos seus pensamentos, sentimentos e ações devido a uma série de características da organização do trabalho. Entre tais características é possível citar: a minuciosidade de prescrições laborais, o contexto diário de perigo e risco, a rigorosa separação entre quem pensa e quem executa, o sistema de vigilância estabelecido entre os próprios policiais, o controle da organização do trabalho atingindo a esfera familiar, a ausência de um produto do trabalho dada à falência dos órgãos públicos, entre outras.

Ressalta-se o alto custo ao psiquismo implicado no exercício desta atividade, levando seus executores a criarem uma série de mecanismos reativos e defensivos com caráter individual e, sobretudo, coletivo, expresso, muitas vezes, na forma de comportamentos insólitos. Por comportamentos insólitos entendo as mais variadas formas de transgressão disciplinar, as quais freqüentemente são cometidas a partir de negociações e acordos coletivos entre os colegas de trabalho, convergindo com a noção de sofrimento coletivamente gerenciado, anteriormente mencionada.

Por comportamentos insólitos entendo ainda, a criação de figuras imaginárias superpoderosas com as quais os policiais se identificam, o banimento daquele que expressa medo, a difusão de um discurso que reforça a virilidade e a substituição da agressividade³ pela violência, como potencialidade subjetiva útil para o exercício do trabalho policial.

Assim, não é difícil que apenas por um esforço de imaginação, vislumbremos as repercussões de tais mecanismos defensivos no plano do fazer policial. Uma delas é que o princípio preventivo que rege o trabalho da polícia militar vê-se ameaçado face à valorização simbólica de situações de violência por parte dos policiais, uma vez que seu modelo identitário aparece a ela associado. Dito de outro modo, o policial para sentir-se “verdadeiramente” policial demonstra necessidade de situações de violência em seu trabalho e, talvez, por esta razão, em determinadas situações, as promova em detrimento de preveni-las. Diante

³ Por agressividade entende-se potencialidade subjetiva útil e necessária à sobrevivência, diferentemente de violência, esta última entendida como agressividade em estado destrutivo (Raggio, 1992; Amoretti, 1992).

Trabalho e Saúde - Considerações a respeito da categoria dos policiais militares

destas considerações, vale lembrar que uma vez os processos de subjetivação dos trabalhadores ocorrendo na interface singular-coletivo, fenômenos como estes não se explicam unicamente por perspectivas individualizantes, o que significa dizer que o grupo todo, de uma forma ou de outra, encontra-se a ele vinculado. Refiro-me a uma trama de significações compartilhada pelos policiais a qual, muitas vezes, insidiosa e imperceptivelmente pode sustentar práticas como a referida.

Menciono rapidamente estes aspectos referentes à dinâmica do sofrimento psíquico da categoria dos policiais militares, dinâmica esta cujos detalhes encontram-se em minha dissertação de mestrado - para problematizar o modo como as questões referentes à violência policial e outras transgressões são comumente analisadas e combatidas. Estes fenômenos, que devem ser abordados como assunto de saúde, são preferencialmente, senão unicamente, tratados como assunto burocrático, mediante iniciativas de aperfeiçoamento dos programas de recrutamento e seleção, incremento de programas de treinamento e, até mesmo, com punições.

Advogo, então, a respeito da importância de um novo olhar sobre a prática das polícias e, conseqüentemente, de novas formas de tratamento de seus problemas. Aos enfoques histórico-sociológicos sob os quais, freqüentemente, analisam-se as relações da polícia com práticas autoritárias, e portanto, com táticas de poder e governabilidade, entendo como de fundamental importância considerar os policiais como trabalhadores que sofrem os impactos do trabalho sobre sua subjetividade e saúde. Proponho, então, que os casos *quantificados* de violência policial, entre outras transgressões disciplinares, de adoecimento físico e psíquico e até mesmo de suicídio, sejam cada vez mais abordados desde o ponto de vista *qualitativo*. Em outras palavras, proponho que os fatos sejam não apenas *contabilizados* mas *interpretados*. Interpretação esta que, acima de tudo, deve ser promovida entre os próprios policiais para que estes, a partir da inteligibilidade de seu sofrimento no trabalho, possam chegar a sua transformação na direção do sofrimento criativo e, conseqüentemente, a transformação de seu *fazer* na permanente busca de uma polícia de qualidade.

4 PROMOÇÃO DE SAÚDE NO TRABALHO: UM INGREDIENTE PARA UMA SEGURANÇA PÚBLICA DE QUALIDADE

O impacto laboral sobre a subjetividade dos policiais leva-os a

Fernanda Spanier Amador

transformarem a esfera prescrita do trabalho mediante mecanismos defensivos construídos para não se descompensarem psiquicamente.

Assim, a Segurança Pública consiste ao mesmo tempo em uma importante questão de Saúde Pública. Isto porque o “fazer” policial traduz não apenas conhecimento ou “desconhecimento” técnico, mas também a vivência de um sofrimento cujas repercussões nem sempre são positivas, atingindo um número expressivo de homens e mulheres, quer eles sejam policiais quer sejam pertencentes à população geral, uma vez que esta sofre, diretamente, os impactos da ação policial, seja ela “saudável” ou não. Entretanto, o impacto do trabalho sobre a subjetividade e a saúde dos policiais não consiste apenas em um assunto de Saúde Pública devido ao fato de que atinge contingentes expressivos de pessoas, mas também e antes de tudo, porque o sofrimento dos trabalhadores se produz no âmbito social do trabalho cujas medidas a empreender não podem *simplesmente* ser implementadas *para* os sujeitos e sim *com* eles.

Para tanto, cabe determo-nos na definição dos termos: *promoção* e *prevenção* em saúde e distingui-los da noção de *assistência-cura*, noção esta que predomina nas iniciativas empreendidas no mundo do trabalho. Conforme González, Fuertes e Garcia (1988), por *promoção* de saúde entende-se as estratégias mediadoras entre as pessoas e seus ambientes cujo alvo é a saúde e o bem-estar de toda a população que deve participar na definição dos problemas, na tomada de decisões e nas medidas a empreender. Já por *prevenção* entende-se as ações cujo alvo é a enfermidade ou o problema social de grupos de risco. A partir da definição de tais termos, a noção de *assistência-cura* pode ser definida como as ações voltadas para aqueles que já adoeceram, ações estas que, comumente, possuem caráter individualizado, tanto no tratamento como na identificação etiológica do problema.

Deste modo, evidencia-se que medidas de assistência-cura, quando empregadas de modo indiscriminado, negam, de certo modo, a origem social do sofrimento e do adoecimento e ainda, fundamentam-se em ações dirigidas *para* os sujeitos ao invés de *com* eles e limitam as possibilidades de efetiva superação de um contexto que favorece o adoecimento.

Assim, as definições de promoção, prevenção e assistência-cura

Trabalho e Saúde - Considerações a respeito da categoria dos policiais militares

permitem situar as bases de diferentes iniciativas no campo de saúde, bem como clarificar à qual delas refiro-me, preferencialmente, no presente texto. Digo preferencialmente por entender que ações promotoras, preventivas e de assistência-cura em saúde e trabalho devem coexistir, já que em determinadas situações assim se faz necessário. Alerto, contudo que as ações promotoras e preventivas devem ser cada vez mais enfatizadas, de maneira a diminuir, senão erradicar, as iniciativas assistenciais-curativas. Para tanto, defendo a posição de que ao lado de iniciativas para aperfeiçoamento do recrutamento e seleção e dos programas de educação e treinamento para a polícia, ações freqüentemente empreendidas pela Brigada Militar - faz-se necessária a implementação de um programa permanente de prevenção e, sobretudo, de promoção em saúde mental no trabalho junto à categoria dos policiais.

Refiro-me, de modo específico, a um programa cuja ênfase recaia sobre o *coletivo* de policiais e sua palavra, já que, conforme mencionei anteriormente, o sofrimento psíquico é gerenciado em uma complexa trama intersubjetiva (Dejours, 1988). Portanto, se é na esfera coletiva que os policiais constroem significados compartilhados em decorrência da vivência subjetiva do trabalho, é também coletivamente que eles podem transformá-los ao *compreenderem* as relações entre seu sofrimento e a organização do trabalho. É assim, também, que se torna possível conciliar a saúde dos trabalhadores com os interesses da produção, já que um trabalho de qualidade passa pela efetiva criação dos sujeitos no mundo laboral, o que apenas é possível se a eles é possibilitado transformar seu sofrimento.

Lembro-me que em certa oportunidade um policial dirigiu-se a mim com a seguinte pergunta: Quais seriam os “exercícios” que os policiais poderiam realizar de maneira a não adoecerem por influência do trabalho? Na época respondi: Não falaria em “exercícios” mas em “exercício saudável do trabalho”. Com isto, afirmo que a pontualidade de saúde está no próprio exercício laboral e, que, sendo assim é preciso “promover cotidianamente” um espaço na organização do trabalho que possibilite aos sujeitos seguirem construindo sua identidade, beneficiando, assim, sua saúde e qualidade de seu trabalho. E como isto ocorreria? Através da efetiva participação dos policiais na construção e transformação do mundo do trabalho, uma vez que podendo falar de seu sofrimento no espaço coletivo os agentes da Segurança Pública poderiam substituir

muitos dos mecanismos defensivos⁴ que ajudam a compor o *modus operandi* da polícia por ações efetivamente criativas no trabalho, beneficiadoras tanto de sua saúde como do fazer policial.

Concluindo, ressalto a importância de que ao lado de ações curativas desenvolvidas nos consultórios médicos e nos hospitais, de programas preventivos em saúde e trabalho, tais como os voltados para os policiais que se envolveram com morte em serviço, entre outros que vêm sendo desenvolvidos pela Brigada Militar, sejam também implementadas ações de promoção em saúde no exercício cotidiano do trabalho. Tais ações, em última instância, correspondem à consolidação da democracia no espaço social do trabalho, uma vez que pressupõem a possibilidade de sua transformação pela palavra e pela participação compartilhada do coletivo de policiais configurando o efetivo exercício da cidadania.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do processo saúde-doença relacionado ao exercício do trabalho implica considerar tanto os aspectos nocivos quanto os benéficos à saúde dos trabalhadores. Implica, ainda, situar o debate na interface singular-coletivo uma vez que suas manifestações desafiam as teses individualistas que remetem aos indivíduos a culpa por adoecerem ou o mérito de manterem-se saudáveis.

Como parte do movimento nacional de (re) constituição de um Estado Democrático, a saúde dos trabalhadores torna-se foco do debate político, impulsionando a pesquisa e a implementação de programas de intervenção. No rastro desta tendência, avançam as iniciativas de atenção à saúde mental dos trabalhadores de diversas categorias profissionais, concentrando-se não apenas nos quadros patológicos configurados, mas também na dinâmica do sofrimento dos trabalhadores, entendida como estágio intermediário de luta contra o adoecimento.

Em decorrência da dinâmica do sofrimento, são criados mecanismos defensivos pelos trabalhadores que transformam a organização prescrita do trabalho, revelando, muitas vezes, comportamentos *aparentemente* insólitos.

⁴ É importante lembrar que os mecanismos defensivos que impedem os trabalhadores de enlouquecerem em decorrência do exercício do trabalho nem sempre representam alternativas saudáveis para os sujeitos.

Trabalho e Saúde - Considerações a respeito da categoria dos policiais militares

Tais comportamentos que devem ser tratados como assunto de saúde, não raras vezes, são tratados mediante iniciativas meramente burocráticas, tais como por processos de recrutamento e seleção mais rigorosos ou até mesmo, por punições.

A categoria dos policiais militares, assim como qualquer outra categoria profissional, sofre os impactos do trabalho sobre sua subjetividade e saúde. Vivenciando um sofrimento caracterizado por uma *permanente* exigência de manter sob controle todas as suas potencialidades subjetivas devido a uma série de características da organização do trabalho, os policiais militares expressam sua luta contra a descompensação psíquica utilizando-se de múltiplas vias, inclusive das transgressões disciplinares. Por esta razão, faz-se necessário interpretar os fatos mais do que contabilizá-los ou, simplesmente, coibi-los. Trata-se de uma interpretação a ser promovida *entre* os próprios policiais, e, portanto, na esfera coletiva, mediante um programa de promoção e prevenção em saúde do trabalhador. Eis um caminho para o exercício saudável do trabalho policial e, conseqüentemente, para uma segurança Pública de qualidade.

***Abstract:** It approaches the relations between work and mental health, and weaves considerations about of these relations in the case of the military policemen. It argues regarding the importance of injunctions and promotional of together mental health to the policemen, as one of the possible paths for a Public Security of quality.*

***Key words:** Mental health, work, public security.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMADOR, F. (1999). *Violência Policial: verso e reverso do sofrimento*. Dissertação de Mestrado: PUCRS.
- AMORETTI, R. (Org.). (1992). *Psicanálise e Violência Metapsicologia, Clínica e Cultura*. Petrópolis: Vozes.
- BRASIL. (1986a). *VIII Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador*. Relatório Final.
- _____. (1986b). *I Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador*. Relatório Final.
- _____. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*.
- _____. (1994a). *IX Conferência Nacional de Saúde*. Relatório Final.
- _____. (1994b). *II Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador*. Relatório Final.
- _____. (1990). *Lei Orgânica da Saúde, 8080*.
- DEJOURS, C. (1988). *A Loucura do Trabalho estudo em psicopatologia do trabalho*. 3 ed. São Paulo: Cortez Editora/Oboré.
- _____. (1994a) Trabalho e Saúde Mental: da pesquisa à ação. In: *Psicodinâmica do Trabalho Contribuições da Escola Dejouriana à Análise da Relação Prazer, Sofrimento e Trabalho*. São Paulo: Atlas.
- _____. (1994b). Itinerário Teórico em Psicopatologia do Trabalho. In: Betiol, M. I. S. (Coord.). *Psicodinâmica do Trabalho Contribuições da Escola Dejouriana à Análise da Relação Prazer, Sofrimento e Trabalho*. São Paulo: Atlas.
- _____. (1996). Por uma Nova Visão do Sofrimento Humano nas Organizações. In: Chanlat, J. F. (Coord.). *O Indivíduo na Organização Dimensões Esquecidas*. São Paulo: Atlas.
- _____. (1997). *O Fator Humano*, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- GONZÁLEZ, A. M.; Fuerts, F. C. e Garcia, M. M. (1998). *Psicologia Comunitária*. Madri: Textos Visor.

Trabalho e Saúde - Considerações a respeito da categoria dos policiais militares

LAURELL, A. C. e Noriega, M. (1989) *Processo de Produção e Saúde*, São Paulo: Hucitec.

LIMA, M. E. A. (1998). A Psicopatologia do Trabalho origens e desenvolvimentos recentes na França. In: *Psicologia, Ciência e Profissão*. 18 (2), 10-15: Brasília.

NARDI, H. (1997). Saúde do Trabalhador. In: Cattani, A. D. (Org.) *Trabalho e Tecnologia - Dicionário Crítico*. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Editora da Universidade.

RAGGIO, V. (1992). Concepção Materialista da História, Psicanálise e Violência. In: Amoretti, R. (Org.) *Psicanálise e Violência. Metapsicologia-Clinica-Cultura*. Petrópolis: Vozes.

Seligman-Silva, E. (1994). *Desgaste Mental no Trabalho Dominado*. São Paulo: Cortez.